



OF. PRE 2018/2021 nº 273/2018

São Paulo, 23 de julho de 2018

Ao Senhor
Ministro Edson Duarte
Ministério de Meio Ambiente

Prezado Ministro,

Encontra-se em discussão o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, a partir da cota existente de 257 metros (a fio d'água) com a possibilidade de variação até a cota 259 metros e, a partir daí, se instalar mais 4 unidades geradoras, perfazendo um total de 18 unidades geradoras e a potência instalada de 1.980 MW.

Como é de conhecimento deste Ministério, a necessidade de ser adotada uma nova política para a retomada da construção de grandes reservatórios junto as usinas hidrelétricas, foi o grande destaque de dois eventos abaixo, realizados recentemente:

- 8º Fórum Mundial das Águas, realizado em Brasília, entre 18 e 24/03/2018, com especialistas de todo o mundo;
- Evento do Comitê Brasileiro de Barragens, realizado em São Paulo, entre 21 e 23/05/2018.

As Cartas, com as conclusões dos dois eventos (cópia em anexo), enfatizando os reservatórios como uma questão de segurança hídrica, bem demonstram o equívoco de se pretender deixar a decisão de encher ou não o reservatório conduzida sob o ponto de vista local da nova Concessionária da UHE Porto Primavera.

O que estamos a tratar se encontra explicado no ofício SEESP nº 268/2018, de 23 de julho de 2018 (cópia em anexo) e seus anexos (que podem ser acessados pelo link: http://www.seesp.org.br/oficios/oficio_ao_MME_-_Anexos.pdf), enviado pelo SEESP para o Ministério de Minas e Energia – MME.



-2-

As obras físicas estão concluídas e se discute se será feito ou não o enchimento o reservatório para uso múltiplo de águas.

É fato que o estudo de aproveitamento ótimo se encontra em discussão, quanto ao enchimento ou não do reservatório da UHE de Porto Primavera e será concluído num prazo de até 24 meses, seja pela Concessionária ou seja pelo Poder Concedente (MME), de forma que, em defesa do interesse público, existe real possibilidade do MMA possa contribuir para o processo com seus estudos e manifestações e considerando o uso múltiplo das águas, o que esperamos possa ser feito junto ao MME.

Atenciosamente,


Eng. Murilo Pinheiro
Presidente



OF. PRE 2018/2021 nº 268/2018

São Paulo, 23 de julho de 2018

Ao Senhor
Ministro Wellington Moreira Franco
Ministério de Minas e Energia

Prezado ministro,

Encontra-se em discussão o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, da cota existente de 257 metros (a fio d'água) com a possibilidade de variação até a cota 259 metros e, a partir daí, se instalar mais 4 unidades geradoras, perfazendo um total de 18 unidades geradoras e a potência instalada de 1.980 MW.

A necessidade de ser adotada uma nova política para a retomada da construção de grandes reservatórios junto as usinas hidrelétricas, foi o grande destaque de dois eventos abaixo, realizados recentemente:

- 8º Fórum Mundial das Águas, realizado em Brasília, entre 18 e 24/03/2018, com especialistas de todo o mundo;
- Evento do Comitê Brasileiro de Barragens, realizado em São Paulo, entre 21 e 23/05/2018.

As Cartas, com as conclusões dos dois eventos (cópia em anexo), enfatizando os reservatórios como uma questão de segurança hídrica, bem demonstram o equívoco de se pretender deixar a decisão de encher ou não o reservatório conduzida sob o ponto de vista local da nova Concessionária da UHE Porto Primavera.

Em vista da recente deliberação do Tribunal de Contas da União a partir de provocação feita pela nossa Entidade, vimos pelo presente fazer algumas considerações sobre o Acórdão nº 1587/2018-TCU-Plenário de 11/07/2018 (cópia em anexo), onde constou:

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério de Minas e Energia, na qualidade de Poder Concedente, que:

Rua Genebra, 25 – CEP: 01316-901 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3113-2600 – Fax: (11) 3242-2368
www.seesp.org.br – seesp@seesp.org.br



-2-

...
9.2.2. *avalie a oportunidade e conveniência de buscar meios próprios para desenvolver os estudos de viabilidade da UHE Porto Primavera exigidos por meio da Cláusula Quarta, Subcláusula Primeira, item II, da minuta do novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera, eliminando a referida previsão contratual, se for o caso;*

O que o TCU se refere para ser suprimido e que consta na minuta do novo Contrato de Concessão da UHE Porto Primavera é o destacado em negrito, conforme abaixo:

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Para possibilitar a exploração do potencial hidráulico referido na Cláusula Primeira, a Concessionária assume todas as responsabilidades e os encargos relacionados com a operação e a manutenção da UHE, devendo observar as normas técnicas e exigências legais aplicáveis.

Subcláusula Primeira - Sem prejuízo do disposto nas demais Cláusulas deste Contrato, constituem encargos gerais da Concessionária na exploração da UHE:

...
II. Elaborar estudos de viabilidade técnica e econômica para identificação do aproveitamento ótimo da UHE, considerando as estruturas civis existentes, e submetê-los à avaliação da ANEEL no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura deste Contrato, observando a legislação e a regulamentação específicas, e promover a eventual ampliação da UHE, se assim determinado pelo Poder Concedente, observado o disposto na Subcláusula Sexta da Cláusula Terceira deste Contrato;

Assim, em lugar da nova Concessionária da UHE de Porto Primavera efetuar os estudos de aproveitamento ótimo, recomendou o TCU que o Ministério de Minas e Energia, na qualidade de Poder Concedente, com auxílio da EPE – Empresa de Pesquisa Energética, avalie a oportunidade e conveniência de buscar meios próprios para desenvolver os estudos de viabilidade da UHE Porto Primavera exigidos.

Queremos aqui ressaltar que a Lei nº 10.848/2004 retirou a competência da ANEEL de definir os aproveitamentos ótimos, anteriormente concedidos pelo inciso III do artigo 3º da Lei nº 9.427/1996, portanto, o referido dispositivo legal foi revogado, ficando assim restabelecida tal competência ao Poder Concedente.



-3-

Entretanto, é necessário ser enfatizado se não está aqui discutindo se uma obra deve ou não ser feita, pois a barragem com mais de 11 quilômetros está pronta, a área de inundação praticamente totalmente desapropriada e mesmo as obras civis das 4 novas unidades geradoras totalmente executadas.

Encontra-se em discussão a possibilidade de aproveitar integralmente ou não a mais extensa barragem de acumulo de águas do Brasil, destinada ao aproveitamento múltiplo de águas!!!

De fato, muito mudou no Brasil desde 1978 quando inicialmente foi feito o estudo de aproveitamento ótimo da UHE de Porto Primavera, sendo que agora, mais que nunca, se ressalta a importância dos grandes reservatórios para acumulo de águas para uso múltiplo e a necessidade de motorização e a necessidade de aumentar a geração de energia em horário de ponta.

A bem da verdade, para o caso específico, a decisão não deveria caber unicamente ao Poder Concedente mas também levando em conta outros órgãos envolvidos quanto ao uso múltiplo das águas, da qual destacamos:

- MMA – Ministério de Meio Ambiente
- ANA – Agência Nacional das Águas
- FMASE – Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico
- CBDB – Comitê Brasileiro de Barragens

Do ponto de vista de geração de energia elétrica e operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, é imprescindível que haja manifestação de quem será diretamente beneficiado com o enchimento do reservatório e com a instalação de mais 4 unidades geradoras:

- ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
- Itaipu Binacional
-

Todos estes Órgãos estarão nos próximos dias sendo formalmente alertados pelo SEESP que, em função do interesse público envolvido, deverão efetuar estudos e participar das discussões.

O Ibama já esclareceu que não foi solicitada pela CESP a licença ambiental para a cota 259 metros, portanto, não procede a informação que exista restrição ambiental. É evidente que um empreendimento com tamanha envergadura o processo de licenciamento seja complexo e requeira ser feito por quem, de fato, esteja empenhado em contornar todas as dificuldades e atender todas as exigências que lhe são inerentes.



-4-

Quanto ao MME esperamos a mais breve manifestação em resposta ao presente ofício e, em particular, se considera como válidas ou não as considerações aqui apresentadas e se irá ou não assumir o papel que o SEESP entende indelegável que lhe cabe na questão, com a coordenação dos estudos

técnicos para aproveitamento ótimo da UHE de Porto Primavera e estimulando a participação de todos os interessados.

Atenciosamente,


Eng. Murilo Pinheiro
Presidente